



Justiça Hídrica acima do Lucro: Comunidades, sociedade civil e sindicalistas de toda a África exigem acesso equitativo à água potável, livre dos perigos da privatização

21 de outubro de 2024

Hoje marca o início da quarta Semana Africana de Acção Contra a Privatização da Água, uma iniciativa da coalizão africana [Nossa Água, Nosso Direito](#) (OWORAC), com o objectivo de realçar a necessidade urgente de resolver as crises hídricas do continente e expor os perigos que a privatização e os esquemas de controlo corporativo representam para a realização do direito humano à água. Os organizadores estão pedindo *Justiça hídrica acima do lucro*, reconhecendo o momento único em que o continente se encontra este ano, à medida que as mobilizações populares surgiram em resposta à frustração generalizada com o aumento do custo de vida e aos governos que dão prioridade aos interesses corporativos em detrimento das necessidades dos seus cidadãos.

A OWORAC é uma rede de líderes comunitários, da sociedade civil e de sindicalistas de quase uma dúzia de países africanos que encontraram uma causa comum no movimento contra a privatização da água e por uma abordagem renovada e centrada na comunidade para satisfazer as necessidades do povo africano e do meio-ambiente através da gestão sustentável da água pública.

“À medida que os protestos aumentam em todo o continente em resposta à desenfreada ganância corporativa, é imperativo que examinemos como esta ganância afeta até mesmo os nossos direitos mais fundamentais e serviços essenciais”, disse **Akinbode Oluwafemi, Diretor Executivo de Corporate Accountability e Participação Pública na África**. “A privatização e o controlo corporativo do serviço de água é uma afronta ao direito humano à água e uma abdicação indesculpável do dever por parte dos nossos governos.”

Todos os anos, a Semana Africana de Acção Contra a Privatização da Água coincide com as reuniões anuais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, para servir como um contrapeso centrado nas pessoas à influência descomunal das instituições sobre as políticas económicas do Sul Global.

As forças neocoloniais do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional têm vindo a exercer pressão sobre o continente africano há décadas, aprisionando estados em dívidas e usando esta influência para promover políticas antipopulares que minaram o bem-estar público e a gestão ambiental. Agências bilaterais de desenvolvimento, como a Agência dos Estados Unidos para o



Desenvolvimento Internacional (USAID), também começaram a exercer pressão sobre os estados para que adotem políticas semelhantes, em detrimento das comunidades. A privatização de serviços essenciais, especialmente dos sistemas de água, é promovida por estas instituições, apesar da [oposição pública generalizada e ampla evidência de seus fracassos](#) tanto globalmente como no próprio continente.

Entre essas falhas estão o custo crescente do serviço de água, os meios de subsistência e a segurança no local de trabalho dos trabalhadores do sector público ameaçados, e a deterioração das infra-estruturas, que em última análise o Estado deve pagar. É evidente que os esquemas de privatização da água são um prejuízo para a comunidade, para os trabalhadores e para o próprio Estado. Então, perguntamos: quem se beneficia com essa comercialização insensível? As grandes empresas multinacionais, como a Veolia e a Suez, e os accionistas que são os principais beneficiários de esquemas de controlo empresarial como a privatização e as chamadas parcerias público-privadas (PPP), que extraem recursos do continente e os canalizam para contas bancárias estrangeiras.

Em todo o continente africano, as comunidades enfrentam uma série de ataques ao seu direito humano à água por parte das empresas e dos seus apoiantes.

Na **Nigéria**, agências bilaterais e organizações internacionais como a USAID, a WaterAid, a FCDO do Reino Unido, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Parceria Global para a Água, entre outras, promoveram empreendimentos de privatização da água. Em particular, o apoio aos esquemas de privatização e a influência sobre as autoridades hídricas no Estado de Lagos têm estado ligados à demissão de centenas de trabalhadores sindicalizados nos últimos tempos e isto está a orientar a megacidade para a privatização do serviço de água.

Em **Gana**, a negligência desenfreada das empresas, o extrativismo imprudente e a mineração (garimpo ilegal) são catalisadores da contaminação generalizada da água e de níveis perigosos de poluição nos rios locais. Esta é uma situação precária que os ambientalistas e especialistas em saúde prevêm que poderá levar a futuros casos de seca que poderão aumentar a actual perda de meios de subsistência para os pescadores e agricultores que mal sobrevivem com actividades económicas ligadas a estas massas de água danificadas de forma descuidada. Infelizmente, o aumento de casos de doenças não transmissíveis, de bebés recém-nascidos deformados e a presença de metais pesados como o cianeto e o mercúrio na água, mesmo após tratamento pela Ghana Water Company Limited (GWCL), escapou à consciência empática do governo do Gana e



dos perpetradores motivados do crime hediondo que envenenam absurdamente as águas em busca de riqueza em detrimento do direito dos cidadãos à água limpa e segura.

No **Senegal**, a multinacional privada francesa de água, Suez, assumiu o controlo do sistema de água do país através da gestão da Sen'Eau, em detrimento dos trabalhadores que enfrentam condições de trabalho péssimas e das comunidades que agora enfrentam contas de água disparadas e serviços não fiáveis. Uma recente auditoria estatal do esquema de privatização indica que a Sen'Eau está sendo “saqueada” pela própria Suez. Somando-se a estas dificuldades provocadas por mãos humanas, a Sen'Eau lançou uma série de ataques agressivos contra sindicalistas que têm se manifestado veementemente na oposição às práticas desiguais da empresa. Estes indivíduos corajosos, que representam o interesse dos trabalhadores e das comunidades, têm apelado consistentemente a um sistema que coloque o bem-estar das pessoas acima dos lucros empresariais. Em vez de abordar as suas preocupações, a Sen'Eau procurou silenciar estas vozes, consolidando ainda mais a sua abordagem exploradora.

A recém-adotada Lei (Emenda) da Água no **Quênia** criou as condições para serviços de água cada vez mais inacessíveis e caminhos para esquemas de privatização, como parcerias público-privadas, para entregar o controlo dos sistemas de água às empresas. **Moçambique** enfrenta a ameaça de um esquema nacional de privatização de serviços públicos que teria impacto nas comunidades em todos os cantos do país. E embora os privatizadores tenham sido expulsos de **Camarões** e do **Gabão** ao longo dos anos, o espectro da privatização e do acesso desigual à água ainda paira sobre nós. Desde o fim da privatização da água nos Camarões, em 2018, a distribuição de água potável está temporariamente sob controlo. Mas, muitas preocupações ainda persistem, nomeadamente a frágil situação financeira do órgão responsável pela gestão e distribuição da água no país, a CamWater.

É evidente que o momento de agir é agora. O direito humano à água para todos os africanos deve ser protegido e cumprido.

A justiça hídrica, e a justiça social de forma mais ampla, exigem que priorizemos o bem-estar público em detrimento dos lucros privados. Uma abordagem participativa à governação da água e o compromisso dos governos com soluções públicas para os desafios hídricos do continente são necessários para avançar na conquista do direito humano à água na África.



Através de sessões de envolvimento comunitário, sensibilização dos meios de comunicação social, envolvimento com decisores políticos e detentores de deveres, bem como com aqueles que ocupam cargos de poder, os membros da OWORAC vão amplificar a crescente exigência de responsabilização pública e o fim dos actos corporativos de impunidade que estão a privar os direitos dos cidadãos à água, expondo-os às doenças, destruindo a sua fonte económica de subsistência e aumentando ainda mais o fosso da pobreza.

XXXXX

Contato com a mídia:

Robert Egbe, Oficial de Mídia e Comunicação, Responsabilidade Corporativa e Participação Pública África (CAPPA)

regbe@cappafrica.org

Sefa Ikpa, Oficial de Programa, Responsabilidade Corporativa e Participação Pública África (CAPPA)

sikpa@cappafrica.org